Processo TC 013.585/2014-2 (134 peças)
Tomada de Contas Especial
Recurso de Reconsideração

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Em face do que restou apurado nos autos, manifesta-se o Ministério Público de Contas de acordo com as conclusões expostas à peça 132:

- a) os fundamentos dos débitos imputados à responsável estão contidos no núcleo das imputações constantes em sua citação;
- b) da reanálise dos elementos contidos nos autos se verifica que duas parcelas de débito, referentes aos encargos previdenciário e tributário, podem ser desconstituídos do débito imputado à responsável, reconhecimento esse que deve ser estendido ao outro devedor solidário; e
- c) dada a forma como se deu a pactuação no presente caso concreto, a responsável detinha conhecimento, direto ou indireto, sobre a obrigatoriedade de observância das disposições contidas na IN/STN 1/1997, motivo pelo qual o disposto em seu art. 20, além de deter plena eficácia, é de observância obrigatória por particulares e agentes públicos.

Com base nessas conclusões e por restarem incólumes os fundamentos que balizam as demais parcelas de débito, propõe-se dar provimento parcial ao presente recurso, desconstituindo-se duas parcelas do rol de débitos constantes no acórdão recorrido.

Em razão disso, anui ao encaminhamento proposto às peças 133 e 134 do referido processo:

- a) conhecer o recurso de reconsideração, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de forma a que sejam excluídas as parcelas de débito nos valores de R\$ 1.973,55 (data do saque, 18/1/2000) e R\$ 143,40 (data do saque, 18/1/2000), indicadas no item 9.3 do acórdão recorrido; e
- b) dar ciência à recorrente, ao Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social de Arujá, aos demais interessados e ao Procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo do acórdão que vier a ser proferido.

Brasília, em 2 de junho de 2017.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador